

Art. 24. O proponente autorizado a executar a pesquisa de emprego deverá encaminhar mensalmente os resultados obtidos à Secretaria de Políticas Públicas de Emprego, por meio de boletim mensal e meio magnético, inclusive os microdados.

Art. 25. É obrigatória a utilização do Portal Mais Emprego, ou seu sucedâneo, para todas as atividades e execução de serviços relacionados ao Sistema Nacional de Emprego.

Art. 26. As Superintendências e Agências Regionais do Trabalho, dentro das atribuições que lhes cabem institucionalmente, deverão desenvolver junto a estados, municípios e entidades conveniadas, sem prejuízo daquelas executadas pela Secretaria de Políticas Públicas de Emprego, as ações de acompanhamento, fiscalização, monitoramento, e outras necessárias para o bom andamento da execução das ações previstas no Convênio, observadas as normas expedidas pelo MTPS.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 27. O conveniente fica obrigado a executar as ações de Intermediação de Mão de Obra conforme o disposto no Manual de Normatização da Intermediação de Mão de Obra vigente.

Art. 28. Fica estabelecida a obrigatoriedade de o conveniente seguir a Política de Informação de Segurança da Informação do Ministério do Trabalho e Previdência Social (POSIC/MTE) conforme Portaria nº 1.047 de 16/07/2013.

Art. 29. A Secretaria de Políticas Públicas de Emprego fica incumbida de atualizar, dentro do prazo de 12 (doze) meses, termo de referência para o funcionamento do Sistema Nacional de Emprego, a ser submetido ao CODEFAT, que conterá a normatização, estrutura, ações e rotinas, dentre outras normas a serem observadas.

Art. 30. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

VIRGÍLIO NELSON DA SILVA CARVALHO
Presidente do Conselho

RESOLUÇÃO Nº 759, DE 9 DE MARÇO DE 2016

Dispõe sobre critérios de pagamento do benefício Seguro-Desemprego aos pescadores profissionais, categoria artesanal, durante a paralisação da atividade pesqueira instituída pela Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, e dá outras providências.

O Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - CODEFAT, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V, do art. 19 da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, e tendo em vista o que estabelece a Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, resolve:

Art. 1º Estabelecer critérios de pagamento do benefício Seguro-Desemprego ao pescador artesanal de que trata o art. 1º da Lei nº 10.779/2003, que se dedicou à pesca durante o período compreendido entre o término do defeso anterior e o início do defeso em curso, desde que da mesma espécie, a ser pago no valor de um salário mínimo mensal durante o período do defeso.

§ 1º O Seguro-Desemprego pescador artesanal será custeado com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, com pagamento realizado pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social - MTPS, por intermédio da Caixa Econômica Federal - CAIXA.

§ 2º O pagamento da primeira parcela corresponderá aos primeiros trinta dias a contar do início do defeso e, as parcelas subsequentes, a cada intervalo de 30 dias.

§ 3º O pescador fará jus ao pagamento integral das parcelas subsequentes para cada mês, por fração igual ou superior a 15 (quinze) dias do defeso.

§ 4º Em caso de liberação por recurso, a primeira parcela ficará disponível no lote imediatamente posterior ao processamento do recurso, desde que a data do recurso tenha pelo menos 30 (trinta) dias da data do início do defeso.

§ 5º As parcelas deverão estar disponíveis para saque, em lotes semanais, emitidos com antecedência mínima de 12 (doze) dias do início do cronograma a seguir:

| LOTE | FINAL NIS/PIS |
|--------|---------------|
| 1º dia | 1 e 2 |
| 2º dia | 3 e 4 |
| 3º dia | 5 e 6 |
| 4º dia | 7 e 8 |
| 5º dia | 9 e 0 |

§ 6º Quando a data de pagamento do benefício recair em dia não útil esse ocorrerá no próximo dia útil subsequente, deslocando-se o cronograma e mantendo a execução, quando for o caso, sem prejuízo do início de novo cronograma.

§ 7º Nos casos de início de atividade remunerada, percepção de outra renda ou morte do beneficiário, o seguro-desemprego será pago com base na relação entre o início do defeso e a data de impedimento para a percepção do benefício, conforme §§ 2º e 3º.

§ 8º O período de recebimento do benefício não poderá exceder o limite variável de que trata o § 8º do art. 1º da Lei nº 10.779/2003, ressalvado o período adicional de que trata o § 5º do art. 4º da Lei nº 7.998/1990.

Art. 2º O pagamento do benefício do Seguro-Desemprego será efetuado mediante crédito em Conta Simplificada ou Conta Poupança, em favor de beneficiário correntista da Caixa Econômica Federal, sem qualquer ônus para o pescador, podendo, a requerimento do pescador, ser efetuado em espécie, mediante a utilização do Cartão Cidadão ou a apresentação de documento de identificação civil, nos termos da Lei nº 12.037, de 1º de outubro de 2009.

§ 1º O beneficiário que não desejar receber as parcelas do Seguro-Desemprego Pescador Artesanal por meio de crédito em Conta Simplificada ou Conta Poupança deverá solicitar formalmente ao agente pagador a sua suspensão, nas agências da CAIXA no prazo máximo de até dez dias após o recebimento da parcela.

§ 2º As parcelas creditadas indevidamente pelo agente pagador em conta corrente serão revertidas automaticamente ao Programa do Seguro-Desemprego.

§ 3º Os pagamentos efetuados com a utilização do Cartão Cidadão terão sua comprovação por meio do registro eletrônico da transação, o qual ficará à disposição para consulta pelo MTPS/INSS durante o prazo de 5 (cinco) anos.

§ 4º Os pagamentos efetuados nas agências da CAIXA, sem utilização do Cartão Cidadão ou mediante crédito em conta em favor de segurado correntista, terão sua comprovação por meio de autenticação em documento próprio ou registro eletrônico, arquivado na CAIXA, que ficará à disposição do MTPS/INSS durante o prazo de 5 (cinco) anos.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação, ficando revogados os artigos 6º e 7º da Resolução CO-DEFAT nº 657, de 16 de dezembro de 2010.

VIRGÍLIO NELSON DA SILVA CARVALHO
Presidente do Conselho

RESOLUÇÃO Nº 760, DE 9 DE MARÇO DE 2016

Proposta de Resolução que estabelece novo prazo para adoção do procedimento de coleta biométrica no pagamento do benefício Seguro-Desemprego, em espécie.

O Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - CODEFAT, em face do que estabelece o inciso V do art. 19 da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, resolve:

Art. 1º Estabelecer que, até o final do exercício de 2017, os pagamentos dos benefícios do Seguro-Desemprego, em quaisquer modalidades, serão efetuados por meio de conta simplificada ou conta poupança em favor do beneficiário, sem qualquer ônus para o trabalhador; ou, diretamente, em espécie, por meio de identificação em sistema biométrico, mantidas as hipóteses de pagamento a terceiros previstas no art. 11 da Resolução nº 467, de 21 de dezembro de 2005, art. 8º da Resolução nº 657, de 16 de dezembro de 2010, e art. 7º da Resolução nº 754, de 26 de agosto de 2015.

Art. 2º Ficam convalidados os atos praticados anteriormente à edição desta Resolução.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Resolução nº 725/2013.

VIRGÍLIO NELSON DA SILVA CARVALHO
Presidente do Conselho

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 526, DE 10 DE MARÇO DE 2016

Institui Módulo de Transportes.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

Decreto nº 7.556, de 24 de agosto de 2011.

A PRESIDENTA DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 7.556, de 24 de agosto de 2011, e considerando:

a. o Termo de Cooperação Técnica INSS/UFRN nº 01/2013, firmado com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, que tem por objetivo promover o apoio à implantação de um novo sistema integrado de gestão administrativa e de pessoas, bem como a gerência de seus dados, por meio de sistemas desenvolvidos pela UFRN e repassados ao INSS mediante transferência de tecnologia para implantação e sustentação pela Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação - CGTI;

b. que as atividades administrativas de transporte, através do controle e uso de viaturas, fazem parte de um dos módulos que integram o mencionado Termo de Cooperação, identificado como Módulo de Transportes - SIPAC/UFRN;

c. a necessidade de estabelecer mecanismos de controle e gerenciamento do uso e frota de veículos no âmbito do INSS; e

d. a necessidade de padronizar as ações inerentes à administração de acompanhamento do uso de viaturas oficiais, valendo-se de sistema informatizado, resolve:

Art. 1º Fica instituído o Módulo de Transportes do Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos - SIPAC/UFRN (<http://www-siginss.prevnet/sipac/transportes>), como ferramenta de cadastro, controle, gerenciamento e uso da frota de veículos oficiais, no âmbito da Administração Central, das Superintendências-Regionais e Gerências-Executivas.

Art. 2º O Módulo de Transportes do SIPAC/UFRN será implantado no dia 14 de março de 2016, devendo o cadastro das informações relativas à frota de veículos próprios e locados, em uso na Administração Central, nas Superintendências-Regionais e Gerências-Executivas, serem efetivadas a partir dessa data.

Art. 3º Caberá à Coordenação-Geral de Recursos Logísticos - CGRLOG, a gestão do Módulo de Transportes do SIPAC/UFRN que seguirá as suas diretrizes, e será de uso obrigatório por todas as unidades do INSS, sendo vedada, a partir da data da implantação, a utilização de qualquer outro meio ou ferramenta com a mesma finalidade.

Art. 4º As atualizações do Módulo de Transportes do SI-PAC/UFRN e seus Manuais ficarão sob a responsabilidade da CGTI, que também promoverá manutenção e suporte ao Sistema.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ELISETE BERCHIOL DA SILVA IWAI

SECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO

DESPACHOS DO SECRETÁRIO

Em 7 de março de 2016

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, em cumprimento à decisão judicial prolatada no processo 1001418-14.2016.4.01.3400, interposto na 3ª Vara Federal da SJDF, e considerando o preenchimento dos requisitos para a publicação do pedido de alteração estatutária, dá ciência do requerido pela entidade abaixo mencionada, ficando aberto o prazo de 30 (trinta) dias para que os interessados possam se manifestar, nos termos da Portaria 188, de 05 de julho de 2007 e Portaria 326/2013, publicada no DOU em 11 de março de 2013.

| | |
|---------------------|--|
| Processo | 46219.016700/2012-11 |
| Entidade | Sindicato do Comercio Atacadista de Gêneros Alimentícios no Estado De São Paulo |
| CNPJ | 49.087.232/0001-18 |
| Abrangência | Estadual |
| Base Territorial | São Paulo |
| Categoria Econômica | Econômica do Comércio Atacadista de Gêneros Alimentícios, de ração animal e de carnes frescas e refrigeradas |

Em 9 de março de 2016

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho e Previdência Social, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 5º da Portaria 186, publicada em 14 de abril de 2008 e na seguinte Nota Técnica, resolve ARQUIVAR o processo da entidade abaixo relacionada, em observância ao disposto no art. 5º da Portaria 186/2008 c/c artigo 50 da Portaria 326, publicada em 11 de março de 2013:

| | |
|------------|--|
| Processo | 46254.004025/2011-62 |
| Entidade | SINDRURAIIS - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cerqueira Cesar-SP |
| CNPJ | 02.324.483/0001-05 |
| Fundamento | NT 265/2016/CGRS/SRT/MTPS |

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho e Previdência Social, no uso de suas atribuições legais, com respaldo no art. 5º da Portaria 186, de 10 de abril de 2008 c/c o art. 27 da Portaria 326, de 1º de março de 2013 e nas seguintes Notas Técnicas, resolve ARQUIVAR os processos dos sindicatos abaixo relacionados:

| | |
|------------|---|
| Processo | 46223.003258/2011-13 |
| Entidade | SITR - SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS DE SÃO ROBERTO/MA |
| CNPJ | 02.568.259/0001-69 |
| Fundamento | NT 266/2016/CGRS/SRT/MTPS |

| | |
|------------|---|
| Processo | 46202.009526/2012-21 |
| Entidade | SINDICATO RURAL DO SUL DO AMAZONAS -SINDSUL |
| CNPJ | 08.437.336/0001-28 |
| Fundamento | NT 267/2016/CGRS/SRT/MTPS |

| | |
|------------|--|
| Processo | 46210.000815/2012-66 |
| Entidade | Sindicato dos Trabalhadores Empregados do Transportes em Motocicletas do Estado de Mato Grosso |
| CNPJ | 10.944.806/0001-91 |
| Fundamento | NT 268/2016/CGRS/SRT/MTPS |

| | |
|------------|--|
| Processo | 46473.002237/2012-10 |
| Entidade | SINTUNIFESP - SINDICATO DOS TRABALHADORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR |
| CNPJ | 50.707.546/0001-55 |
| Fundamento | NT 269/2016/CGRS/SRT/MTPS |

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho e Previdência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o preenchimento dos requisitos para a publicação do pedido de registro de alteração estatutária, dá ciência do requerido pelas entidades abaixo mencionadas, ficando aberto o prazo de 30 (trinta) dias para que os interessados possam se manifestar, nos termos da Portaria 188, de 05 de julho de 2007 e da Portaria 326, de 1º de março de 2013.

| | |
|------------------------|---|
| Processo | 46211.005707/2012-70 |
| Entidade | SINDIFISCO-MG - Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita Estadual, Fiscais e Agentes Fiscais de Tributos do Estado de Minas Gerais |
| CNPJ | 65.138.539/0001-57 |
| Abrangência | Estadual |
| Base Territorial | Estado de Minas Gerais |
| Categoria Profissional | Categoria profissional dos Auditores fiscais da receita estadual (AFRE); Fiscais de tributos estaduais (FTE) e Agentes fiscais de tributos estaduais (AFTE) |